



uf

MANDATO 2017-2021

QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

ATA N°13

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da Penha de França, na Biblioteca da Escola Nuno Gonçalves, sita na Avenida General Roçadas, em Sessão Ordinária, sob a presidência de Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, coadjuvada pelo Primeiro Secretário em exercício, António Neira Nunes, e pela Segunda Secretária em exercício, Elsa Maria Noura do Sacramento. -----

Assinaram a Lista de Presenças, para além dos já mencionados, os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia: -----

Pelo Partido Socialista: -----

José de Carvalho Ferreira, Maria de Fátima Carmona Travancinha Leal Gil, Maria Luíza Correia Valente, Maria de Fátima Duarte Dias do Carmo, Paulo Manuel da Costa Amaral Prazeres Pais, Dina Esmeralda Gomes do Monte; -----

Pelo Partido Social Democrata: -----

Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Maria de Lourdes Dionísio Duarte Borges e João Paulo Bernardo Farrim; -----

Pelo Partido Comunista Português: -----

Daniel Alexandre Machado de Oliveira, Nuno Miguel Prata Gomes e Luís Manuel Ribeiro Esteves; -----

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular: -----

Pedro Raul Pires Dias de Calheiros Cardoso; -----

Pelo Pessoas-Animais-Natureza: -----

Filipe Tiago Pimentel Rações; -----

PONTO NÚMERO UM

Intervenção do Público

Uma vez que não havia qualquer inscrição, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia passou imediatamente ao Ponto seguinte. -----

PONTO NÚMERO DOIS

**Proposta nº22/2019 – Contrato de Delegação de Competências entre
o Município de Lisboa e a Freguesia da Penha de França**

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, saudou os presentes, e indicou que iria fazer uma descrição sumária dos projetos integrados no Contrato de Delegação de Competências, colocando-se, posteriormente, à disposição para esclarecer as questões que pudessem haver. No entanto pretendia fazer uma primeira advertência quanto aos projetos indicando que os mesmos careciam sempre de um parecer técnico da CML e que eram negociados individualmente, à posteriori, com os serviços, mas ia explanar as ideias subjacentes às propostas às quais a CML tinha dado acolhimento, genericamente, sem prejuízo de sofrerem alterações várias, como era habitual naquele tipo de processos. -----

Relativamente ao Programa “*Bairro 100% Seguro*”, referiu que o mesmo pretendia promover intervenções que assegurem uma manutenção cuidada e segura do espaço publico, de espaços pedonais ou de zonas de fruição e de lazer, assim como medidas de promoção da segurança e sustentabilidade da mobilidade, tendo em mente a melhoria da acessibilidade pedonal da Quinta do Lavrado, dado ser um quarteirão que tinha problemas relativamente ao acesso com cadeira de rodas, na Rua Frei Manuel do Cenáculo a requalificação do talude com a ampliação na zona de estadia, uma zona que também carecia de intervenção na medida em que tinha uma espécie de baldio que não só era atreito a depósito ilegal de lixo como a propagação de pragas, a requalificação da acessibilidade pedonal na Praça Paiva Couceiro e Rua Jacinto Nunes, na sequência do que já tinha sido feito na Avenida General Roçadas, e que tinha como continuação lógica a Praça Paiva couceiro, a Rua Jacinto Nunes e a própria rua Morais Soares, que ficaria para um futuro próximo, dado que a CML estava a considerar o projeto. -----

O Programa “Escola 100% Segura” visava promover a segurança nas escolas e espaços envolventes, estando projetado um parque de estacionamento junto à Escola António Arroio e a requalificação da acessibilidade pedonal na Rua Francisco Pedro Curado, tendo a Junta chamado à atenção da CML para aquela via dado que o passeio estava muito irregular devido às árvores, havendo muitas reclamações por parte dos utentes do Centro Social e Paroquial, e estavam a estudar o ajuste dos recortes de estacionamento no outro lado da via de forma a ganhar mais estacionamento. -----

O Programa de “Requalificação de Equipamentos e de Espaço Público” pretendia a criação de uma série de equipamentos, nomeadamente parques infantis, parques intergeracionais, parques caninos, dando o exemplo da requalificação do passeio e estacionamento do Forte de Santa Apolónia, precisando de ambas as coisas, dado que só existia estacionamento, a reabilitação do Mercado de Sapadores, equipamento que tinha sido transferido com problemas estruturais e já alvo de várias reclamações junto da CML, estando essa mesma reabilitação incluída nos Contratos de Delegação de Competências por sugestão da CML, a requalificação do estacionamento na Rua José Sobral Cid, que era um misto de todas as situações já mencionadas e que carecia de intervenção. -----

O Programa “Casa Aberta – Habitação” era dirigido à criação de condições nas habitações a nível de instalações inadequadas às necessidades ou inexistentes, para além da reabilitação das residências do Padre Damião, que tinham sido transferidas com a Reforma Administrativa e que estavam a cargo do Centro Paroquial da Penha de França mas que eram camarárias e muitas delas necessitavam de reabilitação. -----

No contexto da “Lisboa – Capital Europeia do Desporto 2021”, indicou que era complicada a rentabilização de equipamentos desportivos na Freguesia, visto a Freguesia ter uma grande carência naquele sentido, mas estava contemplada a possibilidade de investimento e de requalificação em equipamentos próprios, municipais ou de associações. -----

Como Programa “Direitos Sociais” tinham em vista a requalificação ou a criação de condições de imóveis que estavam a dar apoio à ação social mas que precisassem de obras de adaptação, nomeadamente com a criação da academia sénior na Quinta do Lavrado, do armazém de apoio à Mercearia Social e à Loja Social, a requalificação do

espaço exterior, estando a falar de Lojas da Gebalis que tinham sido atribuídas à Junta de Freguesia para o desenvolvimento da sua atividade social que estavam a carecer de acabamentos e de melhoramentos para serem utilizadas adequadamente. -----

Os “Projetos Especiais” englobava tudo o que tinha ficado de fora dos anteriores programas, e naquela categoria caía o Forte de Santa Apolónia, estando a ser estudada a possível requalificação ou em que termos era possível requalificar, e também uma intervenção na Avenida Afonso III a nível do passeio e dos recortes de modo a possibilitar um maior número de lugares de estacionamento em espinha. -----

O Deputado do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, saudou os presentes, e indicou que vinha preparado para questionar todos aqueles programas, dado que o Contrato apenas uma transposição das intenções gerais da proposta nº88/2019 da CML, sendo que as informações da Senhora Presidente teriam sido bastante úteis relativamente ao sentido de voto do PAN, lamentando que aquela informação não tivesse sido passada anteriormente, o que dificultava a deliberação da Proposta. -----

Relativamente à Proposta nº22/2019 da Junta de Freguesia, indicava na alínea f) que *“Lisboa foi distinguida como Capital Verde Europeia 2020, sendo um dos objetivos da Autarquia promover um conjunto de boas práticas e opções estratégicas para tornar a Capital numa cidade ambientalmente mais sustentável e energeticamente suficiente, pretendendo-se que esta delegação de competências seja um veículo privilegiado para o cumprimento desta opção estratégica do Município”*, mas no entanto a Senhora Presidente não tinha referido nada sobre sustentabilidade ambiental e questionou a existência de uma iniciativa que coubesse dentro daquela intenção, dado que todas as autarquias iriam todas ter uma cota parte do esforço de transição dos paradigmas do consumo energético, e questionou também se estavam contemplados, em algum dos projetos elencados, os estudos para a instalação dos painéis fotovoltaicos, os estudos de integração dos interpretes de língua gestual portuguesa, que caía dentro dos direitos sociais e, relativamente à Recomendação aprovada na anterior Sessão, relativa à instalação de depósitos para beatas na Freguesia e a sua complementar campanha de informação e formação, que caía nas medidas que tornavam a Cidade ambientalmente mais sustentável. -----

O Deputado do PSD, **Afonso Pereira Costa**, saudou os presentes e indicou que o PSD era, por princípio, favorável a delegações de competências, mas no entanto queria deixar algumas questões relacionadas com o que iriam aprovar, tendo já ouvido a indicação de alguns projetos específicos, mas tendo em conta que os CDC eram um processo negocial entre a Junta e a CML, questionou se tinham havido mais propostas noutras áreas, propostas essas feitas pela Junta à CML, e se para além das propostas que tinham sido aceites pela CML se tinha havido alguma proposta feita pela Junta que a CML não tenha acedido. -----

Relativamente à área do desporto, questionou se a verba em questão já tinha algum destino específico ou se ainda estava em aberto o destino, uma vez que nas candidaturas feitas pela Junta havia projetos específicos, e as verbas que estavam indicadas diziam respeito a projetos encetados pela Junta de Freguesia e negociados com a CML, assinado o protocolo por uma questão de controlo da parte da CML. -----

Relativamente aos Direitos Sociais, deixou um alerta, sendo da opinião de que se devia continuar a fazer investimento na Quinta do Lavrado, no entanto a Freguesia não era só o Lavrado, nem o Lavrado era a única zona carenciada da Freguesia. -----

Relativamente aos Projetos Especiais, referiu que o PSD tinha ficado feliz ao ouvir a Senhora Presidente, dado que o Forte de Santa Apolónia e a Avenida Afonso III eram duas reivindicações antigas do PSD, lembrando a aprovação por unanimidade de uma proposta do PSD, pensando ser essa a proposta que tinha ido para a CML, e portando congratulavam-se e esperavam um avanço o mais rapidamente possível. -----

Dadas as semelhanças entre os projetos, Bairro 100% Seguro, Escola 100% Segura e Requalificação de Equipamentos/Espaço Público, que basicamente diziam respeito a reabilitação do espaço público, questionou o porquê da separação e qual tinha sido o interesse da CML, ou da Junta, ter a separação das verbas, parecendo-lhe redundante a divisão em três projetos diferentes que, provavelmente, tinham sido avaliados de maneira diferente, sem que tivessem acesso à forma de avaliação feita pela CML, correndo o risco de a Junta cumprir um por ter critérios mais acessíveis, e não conseguir cumprir outro por ter critérios mais apertados. -----

O Deputado do PCP, **Daniel Oliveira**, saudou os presentes, e referiu que pretendia fazer algumas considerações e umas breves perguntas. -----

Referiu que havia algum agrado, da parte do PCP, por finalmente fazerem chegar às Juntas de Freguesia alguns recursos tão necessários, conforme o PCP tinha vindo a debater-se desde o início da reforma administrativa, uma vez que a transferência de competências estava a ser feita sem a transferência dos recursos ideais à sua realização, e com aquela delegação estava a ser garantida, pelo menos do ponto de vista financeiro. Indicou que, conforme indicado em reunião de Câmara, aquelas verbas eram destinadas a projetos específicos e não para suprir necessidades que viessem a derivar da tal falta de recursos financeiros que o PCP apontava havia tanto tempo. -----

Confessou que o PCP tinha percebido, de início, que não estavam indicados projetos específicos, o que os tinha assustado, mas estava a concretizar-se o que o PCP tinha previsto a partir da segunda metade daquele mandato, havendo um saco de dinheiro despejado na Junta de Freguesia e a Junta supria as necessidades, a partir dali, e resolvia os problemas. A Senhora Presidente, e muito bem, tinha apresentado algumas ideias mais concretas, mas o PCP esperava, até para dar prova da visão estratégica que aqueles planos que constavam nos enunciados daqueles projetos, que aquele esforço tivesse sido feito mais cedo e terem feito chegar aos Membros da Assembleia em devida altura, podendo ter olhado para a documentação com outros olhos e ter reconhecido a bondade e a relevância de cada projeto, tendo-lhes chegado uma coisa muito generalista, com a transferência de uma verba relativamente avultada, com programas em que, no funco, cabiam toda a ação da Junta de Freguesia, fazendo passar a referida noção de supressão de carências financeiras que a Junta ia tendo, noção essa que já se tinha refletido noutras Sessões e noutras conversas anteriores, nomeadamente sobre a dificuldade de investimento. Indicou que o PCP estava um pouco mais esclarecido sobre os projetos, mas o esforço poderia e deveria ter sido feito, mas o PCP estava aberto a conhecer os projetos específicos, o calendário e qual a real abrangência dos mesmos. ---

Solicitou um esclarecimento sobre os pareceres técnicos que a CML tinha sobre qualquer projeto que viesse a ser apresentado, sobre se a Junta de Freguesia tinha apresentado projetos específicos e se esses projetos já tinham passado pelo crivo do parecer técnico da CML e já se encontravam devidamente aprovados, e caso não estivesse o que tal poderia implicar, e questionou se havia previsão de início dos processos dos projetos específicos e de informação à população sobre os mesmos. -----

O Deputado do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, saudou os presentes, e indicou que queria, sem prejuízo do já enunciado pelas outras Forças Políticas, e após o esclarecimento da Senhora Presidente da Junta, saudar o pensamento estratégico prévio e a relevância dos projetos que estavam identificados. -----

No entanto, sobre questão da requalificação da Rua Francisco Pedro Curado, que presumia ter a ver com o piso antiderrapante, de acordo com conversa prévia, dado ser uma zona onde passavam diariamente muitas pessoas em situação de dependência física, gostava de ser esclarecido se estava ou não incluída nos projetos. -----

Relativamente ao indicado sobre reabilitação dos parques infantis e intergeracionais, questionou se também estava incluída a proposta do CDS/PP para a construção de um parque inclusivo na Freguesia, onde as crianças pudessem conviver e aceitar as diferenças. -----

Relativamente à questão da criação de condições para a reabilitação de algumas habitações, presumia de que se tratavam de habitações privadas, questionando quantos casos tinham sido identificados e quais tinham sido os critérios que tinham precedido à escolha dos mesmos. -----

Por último, relativamente aos Direitos Sociais, dados os valores indicados e o facto de só terem sido indicados dois projetos, uma academia sério e um armazém para a mercearia social, achando redutora a execução de apenas aqueles dois projetos, e questionou a disponibilidade da Junta de Freguesia, com base no trabalho conjunto, para incluir a questão dos cuidadores como uma prioridade dentro daquele domínio e alocando uma verba e criando projetos, sendo da opinião de que haviam condições, também na Penha de França, de serem percussores e pioneiros dentro daquela matéria, num todo ou em parte, passando por uma opção política. -----

O Deputado do PS, **Paulo Pais**, saudou os presentes, e congratulou, em nome da Bancada do Partido Socialista, a capacidade que o Executivo tinha demonstrado com a negociação com a CML daquelas Delegações de Competências, e congratulava-se na medida em que estavam incluídas no pacote de medidas negociadas algumas das sugestões que a Assembleia de Freguesia, a devido tempo, tinha endereçado ao Executivo, facto que demonstrava que o Executivo tinha a capacidade e a vontade de

fazer obra na Freguesia, que muito necessitada estava daquele conjunto de melhoramentos. -----

O Deputado do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, indicou que pretendia acrescentar às questões que já tinha enumerado, questionando se a construção do pombal contracetivo estava incluída nos projetos, visto que, pelo acordado, já deveria de estar, pelo menos, planeado. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, deu as seguintes notas: -----

Relativamente à sustentabilidade ambiental, indicou que as questões colocadas já estavam a ser consideradas e não iriam seguir por aqueles programas, nomeadamente os painéis fotovoltaicos cujos estudos já estavam a ser feitos, referindo que a colocação dos painéis no Mercado de Sapadores estava dependente da sua requalificação, mas a sua colocação era independente, tal como o projeto das beatas, que estava a ser estudado o modelo que a Junta iria desenvolver no que tocava aos recipientes e aos moldes de colocação à disposição no espaço público. -----

Relativamente à linguagem gestual, admitiu que não era uma área sobre a qual o Executivo tivesse pensado, mas indicou que havia disponibilidade para dar sequência à proposta do PAN, mas não na sequência dos Contratos de Delegação de Competências, sendo necessário fazer um levantamento prévio das necessidades e do universo alvo. ----

Relativamente ao pombal contracetivo, indicou que não estava incluído nos projetos uma vez que a informação de que dispunha indicava que a CML iria construí-los, pelo que não fazia sentido incluí-los. -----

Referiu que tinham havido muitas propostas feitas pela Junta, mas ou diziam respeito a intervenções que a CML assegurou que iria fazer ou que não tinham sido aceites, referindo que a requalificação do Mercado de Sapadores inicialmente não tinha sido aceite. -----

Relativamente ao desporto, indicou que se referiam mesmo a equipamentos desportivos, mas infelizmente a Freguesia não tinha Associações ou Clubes que tivessem instalações desportivas, exceto o Varejense, e tinha a indicação da CML de que iria brevemente a reunião de Câmara a reversão da conceção da gestão do equipamento, e caso o mesmo venha para a esfera da gestão da Freguesia seria alvo de

uma requalificação, uma vez que o mesmo tinha muitas potencialidades que não estavam devidamente aproveitadas, sendo esse o exemplo típico de equipamento onde fazia sentido intervir. -----

Referiu que a enumeração que tinha feito tinha sido meramente exemplificativa, fixando-se na Quinta do Lavrado, mas indicou que as Torres do Alto da Eira também estavam incluídas, tendo já ficado combinado entre a CML e os moradores de que as lojas iriam servir para um centro de convívio da terceira idade, encontrando-se incluída essa intervenção nos programas. -----

Indicou que também estava prevista nos programas a criação de um parque infantil inclusivo. -----

Explanou que a razão da designação dos programas tinha a ver com os pelouros da CML, e não por uma designação que tenha partido da Junta. -----

Não querendo justificar, mas dando uma explicação, indicou que a informação sobre os projetos não tinha sido dada mais atempadamente devido à atenção que o processo eleitoral tinha exigido e não tinha achado útil a protelação a realização daquela Sessão Extraordinária. -----

Relativamente à Rua Francisco Pedro Curado, referiu que o piso antiderrapante era uma ideia, mas a maior queixa era relativa às quedas provocadas pelo piso irregular, sendo necessária uma intervenção junto às árvores e no piso. -----

Indicou que algumas das propostas feitas pela Junta, nas reuniões de negociação dos projetos, tinham sido recebidas pelos serviços que acharam que deveria ser a própria CML a realizar e fazê-las recair noutras empreitadas que tinham a decorrer, pelo que não havia a certeza de qual iria ser a configuração final dos projetos, dado que careciam de um parecer técnico da CML e estavam sujeitos a qualquer imprevisto que pudesse surgir aquando da realização das obras. -----

Relativamente à questão do descanso do cuidador, indicou que a questão tinha sido apresentada à CML, através de uma proposta de intervenção da CML naquela matéria, pelo CDS/PP, e a resposta do Vereador Manuel Grilo, em Sessão da Assembleia Municipal, sobre aquela questão, era de que a CML estava a fazer um levantamento das necessidades existentes e de quais as possibilidades que existiam para o descanso do cuidador no Concelho de Lisboa, no sentido até de serem elaboradas candidaturas a

fundos que permitissem à CML, efetivamente, apostar naquela área. Acreditava ser possível iniciar um projeto piloto naquela área, mas não achava que fosse adequado incluí-lo no âmbito daquelas delegações de competências, dado que a CML estava a estudar o tipo de intervenção poderia realizar, pelo que não fazia sentido delegar na Junta uma competência que ainda estava em fase de estudo. -----

Agradeceu o elogio da Bancada do PS, mas quis dar nota de que em todas as ideias e projetos que a Junta colocava à CML eram, de facto, consideradas e refletidas as ideias e propostas feitas na Assembleia de Freguesia, achando natural que assim fosse. -----

O Deputado do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, insistiu nas suas duas questões que não tinham sido respondidas. -----

Relativamente às intervenções nas habitações, questionou se já tinham sido previamente identificados os casos e quais tinham sido os critérios que os precederam. -

Relativamente aos Direitos Sociais, referiu que tinham apenas sido enumeradas as questões da academia sénior e do armazém de apoio à Mercearia Social, e questionou se havia mais algum projeto. -----

Relativamente à informação prestada sobre a criação de um convívio nas Torres do Alto da Eira, solicitou esclarecimentos relativos ao número de utentes e se era ainda uma ideia ou se já estava estruturado o projeto, considerando que aquela era uma oportunidade de criar um espaço diferente, visto que se fosse semelhante aos que já existiam não ia resolver o problema. -----

O Deputado do PSD, **Afonso Pereira Costa**, referiu que compreendia a incapacidade do Executivo em informar sobre todos os projetos enviados para a CML, continuando o PSD na senda da descentralização e iria votar favoravelmente a proposta, mas informou que iria entregar um Requerimento por escrito para que a Junta fornecesse à Assembleia de Freguesia toda a documentação referente a todas as propostas enviadas à CML, com os programas e requalificações concretas, quer elas tenham sido aceites ou não pela CML, para que se pudesse perceber o que a Junta tinha conseguido junto da CML, a resposta da CML a indicar que seriam a CML a fazer a obra, e de forma a poder ser monitorizado o que iria ser feito de futuro, tanto pela Junta de Freguesia como pela CML, que se tinha prontificado a fazer outro tipo de obras propostas pela Junta. -----

Desejou os maiores sucessos ao Executivo para a implementação daquelas Delegações de Competências, referindo, em resposta ao PCP, que nunca poderiam ser um reforço das Competências já existentes, mas sim novas, e daí serem Contratos de Delegação de Competências. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, sobre as intervenções nas habitações referiu que as pessoas não estavam elencadas e que a Junta era, muitas vezes, solicitada para fazer aquele tipo de intervenções, dando nota de que o Programa já existia anteriormente na CML, e em algumas Juntas, sendo a Penha de França confrontada, muitas vezes, com as necessidades colocadas pelas pessoas e sentindo essa mesma necessidade a Junta tinha decidido formaliza-la junto da CML, referindo que os critérios eram sempre os mesmos, e que eram os critérios de atribuição de apoios sociais, mediante o Fundo de Emergência Social, processo socioeconómico na Santa Casa da Misericórdia, avaliação de rendimentos e composição do agregado familiar, tal como já era conhecido na Comissão Social de Freguesia. -----

Relativamente ao Convívio da terceira idade, referiu que o projeto tinha sido uma promessa da CML que fazia parte do projeto de reabilitação das Torres do Alto da Eira, e indicou que, inicialmente, a ideia da Junta, já no anterior mandato, era de utilizar aquele espaço para dar sedes sociais aos Clubes da Freguesia que não tinham sede, mas posteriormente, consultando a documentação das Torres do Alto da Eira, tinha-se comprovado que já existia o projeto da CML, que precisava de ser densificado não havendo ainda informações concretas sobre o mesmo. -----

Relativamente aos Direitos Sociais, referiu que as lojas da Gebalis eram atribuídas em bruto, tendo a Junta de terminar os acabamentos e as equipar, sem prejuízo dos projetos que pudessem vir a surgir no futuro. -----

O documento obteve a seguinte votação: -----

	PS	PSD	PCP	BE	CDS/PP	PAN
Votos a favor	X	X	-	-	X	X
Votos contra	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	X	-	-	-

A **Proposta n°22/2019** foi **Aprovada por Maioria** -----

PONTO NÚMERO TRÊS

Proposta nº23/2019 – 3ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano para 2019


A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, referiu que, na medida em que a Proposta anterior tinha sido aprovada, havia a necessidade de incorporar o aumento global da receita no orçamento da Junta e alterar também o Plano Plurianual de Investimentos, sendo esse o objetivo da Proposta.

O documento obteve a seguinte votação:

	PS	PSD	PCP	BE	CDS/PP	PAN
Votos a favor	X	X	-	-	X	X
Votos contra	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	X	-	-	-

A Proposta nº23/2019 foi Aprovada por Maioria

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, colocou à votação a Ata-Minuta da presente Sessão, que foi aprovada por unanimidade, e deu por encerrada a Reunião, pelas vinte e uma horas e vinte e seis minutos.

O Funcionário	A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia
	
Alexandre Ribeiro	Maria Luísa Vicente Mendes
O Primeiro Secretário em Exercício da Mesa da Assembleia de Freguesia	A Segunda Secretária em Exercício da Mesa da Assembleia de Freguesia
	
António Neira Nunes	Elsa Maria Noura do Sacramento